



Psicanálise ou psicodinâmica? A escolha da abordagem psicodinâmica como percurso ético-político do psicoterapeuta

Saulo Albert¹ e Wesley Gomes de Araújo Valadares²

Fainor

Resumo: A distinção entre psicanálise e psicodinâmica é frequentemente reduzida a registro terminológico, embora autores como Glen Gabbard e David Malan tratem a psicodinâmica como campo próprio. Diante desse impasse, este artigo tem como objetivo examinar essa distinção como problema conceitual no campo das práticas psi contemporâneas. A análise é desenvolvida a partir da arqueogenealogia foucaultiana e organiza-se em quatro movimentos: apresentação do triplo eixo saber-poder-ética; genealogia do termo psicodinâmica; mapeamento de suas reconfigurações teórico-clínicas contemporâneas, em diálogo com pesquisas sobre apego, mentalização e eficácia psicoterapêutica; e exame da escolha pela psicodinâmica como percurso ético-político. Os resultados indicam que a psicodinâmica contemporânea se afasta progressivamente dos procedimentos internos do discurso psicanalítico, aproximando-se de regimes de validação experimental e empírica. Conclui-se que reconhecer a psicodinâmica como discurso distinto configura tomada de posição ético-política, pois implica processos de subjetivação parcialmente divergentes para psicanalistas e psicoterapeutas psicodinâmicos. Reconhece-se, contudo, que essa tese opera em campo discursivo disputado, no qual coexistem posições que recusam tal demarcação.

Palavras-chave: Psicodinâmica; História da Psicanálise; Prática Clínica Baseada em Evidências; Epistemologia; Discurso.

¹ Faculdade Independente do Nordeste (FAINOR), Vitória da Conquista – Bahia – Brasil. Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade (UESB). sauloalbert404@gmail.com;

² Faculdade Independente do Nordeste (FAINOR), Vitória da Conquista – Bahia – Brasil. Coordenador do curso de Psicologia. Mestre em Ciências da Saúde (Unimontes). wesley@fainor.com.br.

Psychoanalysis or psychodynamics? The choice of the psychodynamic approach as a psychotherapist's ethical-political path

Abstract: The distinction between psychoanalysis and psychodynamics is frequently reduced to terminology, although authors such as Glen Gabbard and David Malan treat psychodynamics as a field in its own right. In the face of this impasse, this article aims to examine such distinction as a conceptual problem in contemporary psy practices. The analysis draws on Foucauldian archaeo-genealogy and is organized into four movements: presentation of the knowledge-power-ethics triple axis; genealogy of the term psychodynamics; mapping of its contemporary theoretical-clinical reconfigurations, in dialogue with research on attachment, mentalization, and psychotherapeutic efficacy; and examination of the choice of psychodynamics as an ethical-political path. The results indicate that contemporary psychodynamics progressively departs from the internal procedures of psychoanalytic discourse, moving toward regimes of experimental and empirical validation. It is concluded that recognizing psychodynamics as a distinct discourse constitutes an ethical-political stance, as it implies partially divergent processes of subjectivation for psychoanalysts and psychodynamic psychotherapists. It is acknowledged, however, that this thesis operates within a contested discursive field, in which positions that reject such demarcation coexist.

Keywords: Psychodynamics; History of Psychoanalysis; Evidence-Based Practice; Epistemology; Discourse.

Introdução

A psicanálise contemporânea não possui um solo comum, tratando-se de um campo atravessado por proliferação de matrizes e paradigmas cuja convivência oscila entre intersecções e divergências (Albert, 2025). A tentativa empreendida por Wallerstein (1991), ao organizar o projeto coletivo *The common ground of psychoanalysis*, de identificar um núcleo compartilhado entre as escolas, concluiu que, embora haja convergências na prática clínica, as linguagens metapsicológicas permanecem irreduzivelmente distintas.

Esses impasses epistemológicos são sistematizados por Mezan (2019), que distingue, no interior da própria psicanálise, ao menos dois paradigmas metapsicológicos: o pulsional, de matriz freudiana, e o relacional/objetal, cujos primeiros formuladores foram Harry Sullivan (Estados Unidos) e William Ronald Dodds Fairbairn (Inglaterra) – aos quais se poderia acrescentar um terceiro paradigma subjetal, de matriz lacaniana, cuja especificidade epistemológica permanece objeto de debate.

Urribarri (2015) propõe que a psicanálise contemporânea seja compreendida como programa coletivo de pesquisa que reconhece o pluralismo como condição produtiva e demanda

a revisão crítica dos modelos freudianos e pós-freudianos. Nessa direção, Figueiredo (2017) formula a noção de psicanálise transmatricial, entendendo que o legado freudiano precisa ceder espaço a outras heranças e que a especificidade da clínica contemporânea reside na capacidade de articular, sem dissolver, diferentes matrizes teórico-clínicas.

Contudo, em meio a essa pluralidade, soma-se uma problemática conceitual-epistemológica que é a existência da psicodinâmica em paralelo à psicanálise (e em intersecção com ela). Embora os termos sejam frequentemente empregados como sinônimos – como o faz McWilliams (2014, p. 94), ao apresentar “a psicoterapia psicanalítica (ou ‘psicodinâmica’)” como denominações intercambiáveis –, autores como Gabbard (2016) e Malan (1979) tratam a psicodinâmica como campo próprio, derivado da psicanálise mas dela distinto em seus fundamentos, objetivos e critérios de legitimação.

A necessidade de analisar a distinção entre psicanálise e psicodinâmica se justifica, em primeiro lugar, por suas implicações clínicas, pois as duas tradições diferem quanto à frequência das sessões, ao manejo da interpretação, ao papel da aliança terapêutica, à relação com o *setting* clássico e à abertura ao diálogo com outras abordagens (Gabbard, 2016; Malan, 1979). Há, ainda, implicações institucionais e formativas, como ilustra o caso alemão, em que a psicoterapia psicodinâmica é tratada como modalidade distinta da psicanálise clássica em sistema regulatório de saúde (Linden, 2025).

No Brasil, contudo, tal diferenciação é raramente problematizada e o termo circula com fronteiras pouco demarcadas em relação à psicanálise. A própria nomeação desse campo é, aliás, objeto de disputa ativa: parte expressiva do movimento psicanalítico brasileiro reivindica para si o nome “psicanálise contemporânea”, dispensando a nomeação “psicodinâmica” como categoria autônoma – ora em chave decolonial e hermenêutica (Canavêz; Birman, 2024), ora em chave articulada ao programa de pesquisa Bowlby–Fonagy–Gabbard. Essa disputa interna, ela mesma, demanda exame arqueogenealógico.

Diante desse panorama, o presente artigo tem por objetivo examinar a distinção entre psicanálise e psicodinâmica como problema conceitual no campo das práticas psi contemporâneas. Para tanto, o texto se organiza em quatro movimentos analíticos. Primeiro, apresenta-se a leitura foucaultiana da psicanálise e da psicologia como ordens discursivas distintas (mesmo havendo algumas convergências). Em seguida, examina-se a genealogia do termo psicodinâmica e algumas das suas configurações históricas, no interior e nas fronteiras dos discursos psicanalítico e psicológico. No terceiro movimento, mapeiam-se as reconfigurações teórico-clínicas da psicodinâmica contemporânea, com ênfase nos

deslocamentos do paradigma pulsional ao relacional e no diálogo com pesquisas empíricas sobre apego, mentalização e eficácia terapêutica. Por fim, discute-se a escolha da psicodinâmica como percurso ético-político, entendida como posição de mediação crítica entre a ortodoxia psicanalítica e o movimento da psicologia baseada em evidências.

Percurso teórico-metodológico

A análise que se empreende neste artigo se inscreve no horizonte teórico-metodológico da arqueogenealogia foucaultiana. Para Foucault (1969/2014a), discurso não se reduz ao que se diz (nem à fala empírica, nem ao conteúdo ideológico, nem à estrutura linguística), mas designa um sistema de dispersão dos enunciados, atravessado por regularidades que configuram o que se pode dizer em um dado campo, por quem, sobre o quê, e em que condições um enunciado é tido como verdadeiro. Essa perspectiva implica que a produção de todo discurso é “controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos” (Foucault, 1970/2014b, p. 9).

Em *A ordem do discurso*, Foucault (1970/2014b) organiza tais procedimentos em três grupos articulados: os externos, os internos e os de rarefação do sujeito – interessam, para os fins deste artigo, especialmente os dois primeiros. Os procedimentos externos operam como sistemas de exclusão que delimitam o que pode ou não ser dito em um campo: a interdição (nem tudo pode ser enunciado, nem em qualquer lugar, nem por qualquer sujeito); a separação ou rejeição (discursos inteiros são excluídos da ordem como não-verdade, como historicamente ocorreu com o discurso do louco); e a vontade de verdade (regime historicamente instituído que distingue o verdadeiro do falso em cada campo, apoiado em suporte institucional). Já os procedimentos internos operam no próprio discurso como princípios de classificação, ordenação e distribuição: o comentário (que permite dizer algo novo apenas sob a condição de repetir o que já foi dito no texto primeiro), a função-autor (princípio de agrupamento dos discursos sob a unidade de uma obra) e a disciplina (corpo anônimo de regras, métodos e proposições aceitas que fixam o que pode contar como enunciação legítima no interior de um campo).

Além disso, inscrever a distinção psicanálise/psicodinâmica significa tratá-la como efeito discursivo, produzido na articulação de três domínios que Fonseca-Silva (2007, p. 32) identifica como constitutivos do projeto arqueogenealógico foucaultiano: “1) o sujeito em sua relação com a verdade e conhecimento ou saber; 2) o sujeito em sua relação com a força e ação

sobre os outros, ou seja, com o poder; 3) o sujeito em sua relação com a ética”. É esse triplo eixo – saber, poder e ética – que organiza o percurso analítico das seções subsequentes.

Cabe registrar, todavia, que o caráter ensaístico deste manuscrito não opera por justaposição de procedimentos heterogêneos, pois a revisão crítica de literatura, a análise discursiva e a articulação conceitual aqui mobilizadas são tomadas como processos internos da análise arqueogenealógica e não como níveis metodológicos autônomos.

A aplicação desse aparato ao discurso psicanalítico mostra que essa formação discursiva nunca se estabilizou como unidade homogênea, ecoando, desde Freud, uma tensão constitutiva com a ordem do discurso científico-natural do século XIX (Ribeiro Júnior, 2022). Essa tensão não se dissolve com a institucionalização da psicanálise, mas reconfigura-se nos procedimentos de controle internos que organizam o campo: o comentário como retorno obrigatório ao texto freudiano, a função-autor que agrupa sob a assinatura “Freud” (e, mais tarde, sob Klein, Lacan, Winnicott, Bion) conjuntos discursivos heterogêneos, e a disciplina que fixa, via formação, supervisão e análise didática, o que pode contar como enunciação legítima. A vontade de verdade que atravessa esse campo não se confunde, portanto, com a vontade de verdade da ciência psicológica *stricto sensu* – distinção que, como advertem Dunker e Iannini (2023), constitui também uma questão política, remetendo este percurso teórico-metodológico à noção foucaultiana do saber atrelado à microfísica do poder. Nas palavras de Foucault (1977/2019b, p. 45),

O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir.

Nessa rede produtiva de saber-poder que organiza o discurso psicanalítico, a psicodinâmica ocupa lugar problemático, pois não é totalmente interdita (existe, circula e é praticada por analistas formados em instituições reconhecidas), tampouco se deixa rejeitar como não-verdade.

Mezan (2019, p. 24) diagnostica o mecanismo ao observar que, na economia interna das instituições psicanalíticas, os desvios em relação a uma dada maneira de conceber a psicanálise são recebidos com “um espasmo defensivo”, de modo que se formam hierarquias tácitas entre “a verdadeira psicanálise” e suas derivações. Tais procedimentos operam como

micromecanismos da vontade de verdade do campo, distinguindo o que conta como enunciação psicanalítica “legítima” do que se admite apenas em regime subalterno.

Essa problemática, contudo, não se esgota no interior do discurso psicanalítico, pois a psicodinâmica também é interpelada pela ordem do discurso psicológico, a cujos procedimentos de controle submete-se parcialmente, encontrando-se assim em dupla posição discursiva: objeto de suspeita no interior do discurso psicanalítico e objeto de cobrança no interior do discurso da ciência psicológica.

Nessa seara, se o discurso psicanalítico, heterogêneo e conflitivo, é atravessado por procedimentos de controle que disputam o que conta como enunciação legítima, o mesmo se passa com o discurso da ciência psicológica, que tampouco se constitui como solo unificado. O movimento da psicologia baseada em evidências (PBE) ilustra essa disputa, tratando-se de uma transposição deliberada, para o campo psi, dos protocolos da medicina baseada em evidências – movimento surgido nos anos 1960 nos Estados Unidos e consolidado internacionalmente pela *Cochrane Collaboration* (Dunker; Iannini, 2023). Ao eleger o ensaio clínico randomizado como padrão-ouro de validação terapêutica, a PBE instituiu uma vontade de verdade específica, operando na disputa política sobre o que conta como prática legítima no campo.

Essa vontade de verdade, contudo, é internamente contestada. No plano institucional da própria *American Psychological Association*, a posição consolidada pela Divisão 12 em torno dos tratamentos empiricamente sustentados (*empirically supported treatments*) é questionada pela Divisão 29, que desloca o foco da psicologia baseada em evidências das técnicas para as relações empiricamente sustentadas (*empirically supported relationships*), elegendo como objeto o que funciona na relação terapêutica entre profissional psi e paciente (Norcross, 2002). Assim sendo, além da posição problemática em meio ao discurso psicanalítico, a psicodinâmica é também interpelada por um discurso da ciência psicológica internamente disputado e sem consensos definidos.

Resta, ainda, o terceiro eixo desse percurso arqueogenealógico, a ética, que Foucault (1982/2010) concebe como a relação do sujeito consigo mesmo (*ethos*), irreduzível à moral normativa e elaborada como uma operação histórica de subjetivação: o sujeito se constitui vinculando-se a regimes de verdade por meio de práticas de si, técnicas pelas quais se torna sujeito de um determinado modo. Cuidado de si, nesse vocabulário foucaultiano, designa um trabalho concreto de constituição subjetiva (exercícios, leituras, escritas, formas de obediência, modalidades de vínculo com mestres etc.) que articula, em cada configuração histórica, uma ligação singular entre verdade e subjetivação.

O eixo ético, tratando, com o saber e o poder, de uma das dimensões simultâneas de uma mesma análise (Fonseca-Silva, 2007), faz-se relevante nesta análise partindo da hipótese de que, em meio aos conflitos na rede de saberes e poderes entre psicologia e psicanálise, pode haver uma ética atrelada à formação do(a) psicanalista que seja divergente (em certo nível) da ética na formação do(a) psicólogo(a). Assim, se os discursos psicanalítico e psicológico se constituem como ordens discursivas distintas, cada uma com seus procedimentos de controle e regimes de verdade, é plausível perguntar se comportam também éticas distintas e onde o psicoterapeuta psicodinâmico se localiza em meio a elas.

Psicodinâmica e Psicanálise: genealogia de uma distinção

Para entender a genealogia da psicodinâmica como nomeação de um campo de saber, é necessário inscrevê-la em um movimento de proveniência (*Herkunft*) – no sentido, como propõe Foucault (1971/2015), da localização das marcas heterogêneas, dispersas e muitas vezes descontínuas que um termo carrega antes mesmo de se estabilizar como categoria autônoma.

Parte da literatura psicanalítica tende a rastrear o vocabulário dinâmico freudiano até a tradição fisiológica alemã do século XIX, particularmente ao grupo de cientistas reunidos em torno de Hermann von Helmholtz, do qual Ernst Brücke (orientador de Freud em Viena) teria sido parte. A própria existência dessa “Escola de Helmholtz” como unidade coerente é, no entanto, tema controverso na historiografia da psicanálise (Ribeiro Júnior, 2022), e, mesmo que aceita, ligar o discurso freudiano a ela em termos de tradição ou filiação epistemológica exigiria operar com princípios que a arqueogenealogia foucaultiana coloca em suspenso.

Nesse sentido, o ponto de vista dinâmico que Freud articulou nas metapsicologias de 1915-1916 e de 1923 – ao lado do tópico e do econômico, descrevendo o jogo de forças entre instâncias psíquicas (Mezan, 2019) – encontra ressonância com um vocabulário energético-fisiológico em circulação no campo científico germânico. Nesse momento, “psicodinâmica” não é ainda substantivo autônomo, funcionando como adjetivo de um dos pontos de vista metapsicológicos freudianos.

Na mecânica herdada da tradição newtoniana, dinâmica designava o ramo da física que tratava das forças e dos movimentos, por oposição à estática. Quando, contudo, fisiologistas reivindicam o ponto de vista dinâmico para pensar os fenômenos vitais, o termo é reconfigurado para explicar o organismo pela interação de forças físico-químicas em conflito (Fulgêncio, 2003).

Em Freud, o termo sofre nova reconfiguração: “até então [a psicanálise] se diferenciava da psicologia sobretudo pela concepção dinâmica dos processos anímicos” (Freud, 1915/2010, p. 110). A sintaxe ecoada da fisiologia alemã é preservada – os fenômenos psíquicos são pensados como efeitos do jogo de forças em conflito, e o conflito torna-se, na psicanálise, categoria basilar da qual o sintoma se define como compromisso entre forças opostas (Mezan, 2019). Mas a semântica se desloca, pois as forças em questão já não são físico-químicas, tratando-se de forças psíquicas: investimentos, contrainvestimentos, desejos, defesas, pulsões etc.

Quando “psicodinâmica” passa a circular como substantivo autônomo, o termo já carrega uma tríplice heterogeneidade que condicionará seus usos posteriores. Há, em primeiro lugar, uma heterogeneidade metapsicológica: o dinâmico freudiano, herdado como um dos três pontos de vista da metapsicologia (em articulação com o tópico e o econômico), ou em versões mais “diluídas” nas quais esse jogo de forças é reconfigurado como categoria descritiva sem a articulação metapsicológica integral – Westen (1998) registra essa variação ao observar que o termo “psicodinâmico” historicamente designou abordagens que aceitavam o inconsciente e o conflito sem necessariamente subscrever a teoria pulsional freudiana em sua versão clássica. Em segundo lugar, uma heterogeneidade clínica, pois o termo designa modalidades terapêuticas que operam fora das condições de possibilidade da prática analítica clássica (sessões menos frequentes, face a face, objetivos circunscritos, flexibilidade técnica ampliada), reivindicando continuidade com a psicanálise ao mesmo tempo em que dela se distinguem por procedimentos técnicos diversos (Gabbard, 2016; Malan, 1979). Há, por fim, uma heterogeneidade institucional: o termo é apropriado por dispositivos que não pertencem à comunidade analítica em sentido estrito (serviços de saúde mental, sistemas regulatórios, cursos universitários), cada um imprimindo no termo uma significação particular.

No cenário estadunidense, a psicologia do ego (fundada por Hartmann, Kris e Loewenstein) foi um movimento atrelado a um “transplante”, pelos refugiados do nazismo, da psicanálise berlinense/vienense reconfigurada em solo americano (Mezan, 2019). Essa reconfiguração pode ser explicada, também, a partir da problemática do “ego autônomo” que já estava em debate nos anos 1930, por razões teóricas internas à obra freudiana, e ter encontrado em solo estadunidense condições sociais (sociedade de imigrantes que valorizava o êxito econômico e a adaptação social), clínicas (demanda por tratamentos mais curtos) e institucionais (tradição psicológica acadêmica ancorada no behaviorismo) que convergiram,

conforme Mezan (2019), para o que viria a se consolidar como elaboração psicanalítica local entre 1940 e 1970.

A psicodinâmica foi reconhecida pelo *American Board of Psychiatry* como escola dominante da psiquiatria estadunidense já em 1946 (Surís; Holliday; North, 2016). Essa hegemonia se materializou na primeira edição do *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM-I), publicada pela *American Psychiatric Association* em 1952, cuja nosologia se estruturou sobre pressupostos psicodinâmicos, ou seja, descrições de transtornos desenvolvidas a partir das “dinâmicas” (perdas, culpa, ambivalência etc.) presumidas como sua etiologia, e o DSM-II (1968) manteve essa orientação (Shorter, 2015). É nesse contexto que o termo “psicoterapia psicodinâmica” foi se consolidando como rótulo de uma modalidade clínica distinta da psicanálise na literatura clínica e em manuais de treinamento, dos quais são marcos os trabalhos de Bibring (1954) e Dewald (1964).

Bibring (1954) sistematizava cinco princípios terapêuticos básicos (sugestão, ab-reação, manipulação, clarificação e interpretação), sustentando que as diferentes modalidades psicoterapêuticas se distinguem pela seleção, combinação e hierarquização desses princípios; nas “psicoterapias dinâmicas”, definidas pelo autor como métodos derivados da psicanálise propriamente dita, é o *insight* via interpretação que ocupa o lugar principal, ainda que ele já registre a tendência crescente de deslocar essa primazia para o que chama de “manipulação experiencial”.

Dewald (1964), por sua vez, organizava essa distinção psicoterapêutica em forma de *continuum*, situando a psicoterapia orientada para *insight* a meio caminho entre a psicoterapia suportiva e a psicanálise formal, com estratégias e metas próprias, indicando uma operação discursiva intermediária aos enunciados psicanalíticos e os das ciências psicológica e psiquiátrica. Mesmo assim, certo afastamento do discurso psicanalítico já era notável, com a defesa, por Dewald (1964), de que a psicanálise formal, dada sua duração e exigência de recursos, não poderia atender às necessidades terapêuticas da maioria dos pacientes psiquiátricos.

Esse processo de reconfiguração discursiva, para além da fronteira entre psicanálise e psicodinâmica, também ecoou em uma gradual divisão entre psicanálise *stricto sensu* e psicoterapia psicanalítica (ou de orientação analítica). Nos Estados Unidos, essa segunda distinção foi sistematizada nos painéis de 1954 do *Journal of the American Psychoanalytic Association*, em torno do que Wallerstein (2015) periodiza como, primeiro, uma “era do consenso” sobre o espectro apoio-expressivo-psicanálise, sustentada por unidade

metapsicológica, e, depois, um “consenso fragmentado” a partir do Simpósio de Atlanta de 1979, quando os mesmos protagonistas reapresentam suas posições em estado de divergência. Mas, diferentemente da reivindicação que se examinará a seguir, esses debates operavam ainda sob procedimentos internos ao discurso psicanalítico.

No cenário britânico, David Malan (1979) marcou um deslocamento adicional na configuração discursiva da psicodinâmica frente à psicanálise, reivindicando para a psicodinâmica o estatuto de ciência. Mantendo a função do comentário em relação ao texto freudiano, mas exercendo-a sob critério externo, Malan acolhe certos enunciados da psicanálise (defesa, ansiedade, sentimento oculto, retorno do reprimido, transferência) como fatos científicos passíveis de validação pela observação clínica direta da resposta à interpretação, ao mesmo tempo em que rejeita a teoria da libido e os esquemas pulsionais clássicos como simplificações inaceitáveis. Esse recorte ecoa um deslocamento na vontade de verdade que já reverberava conflitivamente no discurso psicanalítico, mas, aqui, passa a reivindicar para a psicodinâmica espaço discursivo próprio pelo realinhamento de seus enunciados a um regime de verdade mais próximo aos dos discursos científicos médico e psicológico.

Cronologicamente, essa publicação de Malan, em 1979, antecede em apenas um ano a publicação do DSM-III, em 1980, que opera, no campo psiquiátrico, um procedimento de separação dos pressupostos psicodinâmicos do que poderia contar como enunciação nosológica legítima. Não se tratou de uma interdição absoluta, pois esses enunciados seguiram circulando em outros campos, mas separou esses enunciados da ordem discursiva da psiquiatria científica.

Posteriormente, a psicodinâmica na sua configuração de categoria própria (nem interna à psicanálise nem à psiquiatria), foi se consolidando também por fatores externos aos campos psicanalítico e científico, pois alguns dispositivos estatais de regulação da prática psicoterapêutica, ao nomear, reconhecer e reembolsar modalidades de tratamento, reforçaram a psicodinâmica como categoria dotada de existência institucional autônoma.

Na Alemanha, por exemplo, apenas três modalidades psicoterapêuticas podem ser ensinadas e praticadas sob reembolso do seguro público de saúde: terapia cognitivo-comportamental, psicoterapia psicodinâmica e psicoterapia sistêmica, o que restringe o exercício a essas modalidades designadas, nos termos regulatórios, como psicoterapias cientificamente aceitas e supervisionadas por duas comissões estatais (Linden, 2025). Nesse mesmo dispositivo regulatório é possível identificar uma distinção entre psicanálise e psicodinâmica: o seguro de saúde alemão reembolsa até 100 sessões para a psicoterapia

psicodinâmica e até 300 sessões para a psicanálise propriamente dita, tratando-as como categorias distintas com coberturas diferenciadas.

Os percursos mapeados nesta seção convergem na análise de que a psicodinâmica foi, em diferentes contextos, ganhando estatuto discursivo e institucional próprio frente à psicanálise *stricto sensu*. No Brasil, contudo, o termo circula com fronteiras pouco demarcadas em relação à psicanálise, o que pode ser um eco da configuração brasileira do campo psicanalítico, marcada pela pluralidade institucional da formação – conduzida historicamente fora da academia, em grande diversidade de escolas e sociedades autônomas que filiam vertentes freudianas, kleinianas, lacanianas, independentes e transmatriciais (Albert, 2025; Mezan, 2019). Por essa razão, a psicodinâmica, no Brasil, tende a ser absorvida como uma das matrizes plurais da própria psicanálise, com reivindicação menos clara de espaço discursivo autônomo.

Coexistem, nesse cenário, posicionamentos heterogêneos quanto a essa relação e à nomeação do campo. De um lado, vertentes que não utilizam “psicodinâmica” como categoria autônoma e reivindicam para o eixo Bowlby–Ainsworth–Fonagy o nome de “psicanálise contemporânea”, em ruptura com a psicanálise dita clássica/ortodoxa. Coexiste com essas, ainda, um movimento nacionalmente mais amplo que reivindica o nome “psicanálise contemporânea” para um programa coletivo de pesquisa plural sob regime epistemológico hermenêutico de eco freudiano, com pouco diálogo com a psicologia baseada em evidências – do qual são exemplos heterogêneos o programa de revisão crítica dos modelos freudianos e pós-freudianos (Urribarri, 2015), a psicanálise transmatricial (Figueiredo, 2017) e as articulações decoloniais reunidas sob o nome de “psicanálise à brasileira” (Canavêz; Birman, 2024). A heterogeneidade dessas posições, ao disputarem a própria nomeação do campo, é ela mesma sintoma do problema discursivo que aqui se examina. Essa pluralidade, no entanto, opera ainda sob o que se reconhecerá adiante, em termos foucaultianos, como o procedimento do comentário sob função-autor freudiana – procedimento do qual a psicodinâmica contemporânea, como se verá, tende a se afastar.

Em síntese, o percurso histórico aqui mapeado indica que, nos cenários estadunidense, britânico e continental europeu, a psicodinâmica foi ganhando estatuto discursivo e institucional próprio frente à psicanálise *stricto sensu*; no Brasil, contudo, essa demarcação permanece pouco consolidada, condição que torna o exame conceitual aqui empreendido especialmente pertinente.

A psicodinâmica contemporânea: principais contribuições

A fase contemporânea da psicodinâmica é marcada pela reconfiguração da vontade de verdade que atravessa o campo, aproximando-se, quanto ao que conta como enunciação clínica legítima, dos regimes de verdade da pesquisa empírica/experimental e da psicologia baseada em evidências, e afastando-se (ainda mais) de alguns dos procedimentos internos do discurso psicanalítico ortodoxo¹. Assim sendo, o panorama que se expõe a seguir constitui-se nessa dispersão regularizada pela convergência de frentes distintas: teoria do apego, mentalização, operacionalização diagnóstica, pesquisas de eficácia e reelaboração metapsicológica em diálogo com as neurociências.

A inflexão que reconfigurou esse campo deve-se, em larga medida, ao programa de pesquisa inaugurado por John Bowlby. Sem nunca ter postulado uma separação entre psicanálise e psicodinâmica – Bowlby reivindicou-se psicanalista até o fim –, suas operações discursivas reverberaram no deslocamento que viria a embasar a defesa da psicodinâmica contemporânea como campo distinto. Como exemplo disso, Bowlby (1982/2024, p. 38) diagnosticava que o mundo científico contemporâneo se distanciara do mundo em que Freud formulou seus conceitos, de modo que “[...] os conceitos disponíveis para nós são consideravelmente mais adequados aos nossos problemas do que os conceitos restritos disponíveis em sua época”.

A teoria do apego, articulada por Bowlby como contraproposta empírica às formulações freudiana e kleiniana sobre a origem do vínculo, sustenta-se na tese de que o apego configura sistema motivacional autônomo, dotado de dinâmica própria e irreduzível aos comportamentos alimentar e sexual que a tradição psicanalítica privilegiara como pulsões primárias. Sua sustentação experimental remete a fontes como os clássicos experimentos de Harlow com macacos rhesus, em que filhotes preferem proximidade tátil com substituto materno desprovido de alimento à mãe-substituta que apenas alimenta (Bowlby, 1982/2024). O comportamento de apego é definido, nesse marco, como qualquer conduta orientada à manutenção de proximidade com figura percebida como capaz de oferecer proteção diante de ameaça, cansaço ou doença,

¹ Os termos “psicanálise clássica/ortodoxa” e “discurso psicanalítico ortodoxo” são utilizados, neste artigo, em sentido descritivo (e não valorativo), para designar configurações do discurso psicanalítico predominantemente reguladas pelos procedimentos internos descritos na seção anterior – em especial, o comentário sob função-autor freudiana, a sustentação hermenêutica do saber clínico via interpretação e a centralidade do estudo de caso como modalidade privilegiada de produção de evidência. A categoria não pretende totalizar o campo psicanalítico, internamente plural e atravessado por reconfigurações contínuas, nem se confunde com identificação institucional ou filiação a determinadas associações.

tendo por função biológica a segurança e operando como sistema inato observável ao longo do ciclo vital, cuja presença sustenta a sensação de base segura mesmo quando não ativamente manifesto.

A crítica de Bowlby (1981/2024) alcança também os procedimentos internos que regulam a comunidade psicanalítica: o primado do estudo de caso como modalidade quase exclusiva de produção de evidência clínica e o culto a lideranças teóricas cujas formulações se tornariam imunes ao escrutínio – Freud como exemplo paradigmático – operam, em sua leitura, como obstáculos à prática científica. Esse conjunto de operações configura, em termos foucaultianos, o exercício do comentário do texto freudiano sob critério externo, reforçado pela contestação direta dos procedimentos internos do campo: o estudo de caso como modalidade dominante remete à disciplina psicanalítica como corpo de regras que fixa o que conta como enunciação legítima; o culto às lideranças remete à função-autor que agrupa enunciados heterogêneos sob a unidade de uma assinatura (a de Freud).

A partir dessa defesa de uma nova metapsicologia psicanalítica com base biológica, outros pesquisadores psicodinâmicos deram seguimento aos estudos de Bowlby, ecoando-os, reconfigurando-os e acrescentando novos elementos. Como exemplo disso, uma continuidade mais operacionalizada desse modelo pode ser encontrada nas formulações de Peter Fonagy sobre mentalização e na *Mentalization-Based Treatment* (MBT) que dela deriva. Articulada na intersecção entre tradição psicanalítica e ciência cognitiva – uma camada integrativa da psicodinâmica –, a noção de mentalização é desenvolvida a partir da reflexão de Fonagy sobre a capacidade de compreender a própria conduta e a do outro como expressão de estados mentais – desejos, crenças, intenções (Bateman et al., 2023). Algo que afasta esse conjunto de enunciados do discurso psicanalítico é a sua operacionalização, pois a MBT configura tratamento manualizado e replicável, com demonstração de eficácia em ensaios clínicos randomizados.

Outro nome dessa série é Glen Gabbard, cuja obra opera no plano da síntese clínica integrativa. Gabbard (2016) caracteriza a psicoterapia psicodinâmica contemporânea como modelo predominantemente relacional que articula, sob mesmo arco teórico, quatro tradições heterogêneas – a psicologia do ego, a teoria das relações objetais, a psicologia do self e a teoria do apego –, abandonando a pretensão de unidade metapsicológica em favor da defesa explícita de pluralidade clínica, dado que “[...] pacientes diferentes e tipos distintos de psicopatologias exigem abordagens teóricas diferentes” (Gabbard, 2016, p. 66).

O esforço de Gabbard (2016) é também o de demonstrar a compatibilidade entre conceitos clássicos da psicanálise e os achados da ciência psicológica e neurocientífica contemporânea – a hipótese de que parte considerável da vida mental opera fora da consciência encontra correspondência na distinção experimental entre memória explícita e memória implícita, e fenômenos como o esquecimento ativo de experiências indesejadas vêm sendo apontados como confirmação neurocientífica de operações que a psicanálise descrevia há décadas como mecanismos de defesa.

Outro elemento da teoria psicanalítica clássica ecoado pela psicodinâmica – e que se tornou, inclusive, transteórico, alcançando, por exemplo, as terapias cognitivo-comportamentais (Serralta; Altimir; Ribeiro, 2024) – envolve a transferência, a contratransferência e a resistência como dimensões constitutivas da relação terapêutica. Gabbard (2005) sintetiza didaticamente esse conjunto em conceitos-chave da psicoterapia psicodinâmica – o predomínio inconsciente da vida mental, a articulação entre experiências infantis e fatores genéticos na constituição do adulto, a centralidade clínica da transferência e da contratransferência, a resistência como foco terapêutico, a sobredeterminação inconsciente de sintomas e comportamentos, e o horizonte de autenticidade e singularidade –, lista que reúne, sob mesmo arco, enunciados herdados da psicanálise ortodoxa e reconfigurações contemporâneas como as derivadas dos trabalhos de Bowlby.

Arqueogeneologicamente, o caso Gabbard ilustra o deslocamento que organiza a psicodinâmica contemporânea. Enunciados antes regulados pelos procedimentos internos do discurso psicanalítico passam a circular, cada vez mais, sob outra regularidade discursiva, em que predominam critérios de validação empírica, replicabilidade e diálogo interdisciplinar com a psicologia experimental e as neurociências. Não se trata de uma ruptura consumada, pois Gabbard mantém-se filiado à comunidade psicanalítica e em diálogo com sua tradição, mas de uma fronteira que se delineia progressivamente, em que a divergência entre esses enunciados, quanto ao que conta como legítimo, configura espaço de enunciação cada vez mais distinto para a psicodinâmica frente à psicanálise *stricto sensu* ou ortodoxa.

Cabe registrar, nesse ponto, que parte expressiva dos autores aqui mobilizados – Bowlby, Fonagy, Gabbard – sustenta sua produção como continuidade da própria psicanálise, e não como ruptura com ela. A análise arqueogenealógica aqui empreendida não nega essa autocompreensão; argumenta, contudo, que a continuidade reivindicada pelos autores opera sob deslocamentos no regime de verdade do campo – deslocamentos que, examinados pelos

procedimentos foucaultianos, tornam essa “mesma” psicanálise distinguível, em sua gramática discursiva, do discurso psicanalítico ortodoxo cuja regulação se examinou na seção anterior.

Em continuidade a esse movimento, o OPD-2 – sigla derivada do alemão *Operationalisierte Psychodynamische Diagnostik*, ou Diagnóstico Psicodinâmico Operacionalizado, em sua segunda edição (OPD Task Force, 2016) – materializa esse deslocamento discursivo no plano diagnóstico. Reafirmando a centralidade dos conflitos internos como princípio organizador, a força-tarefa recusa a atribuição de neuroses a fases psicosssexuais clássicas e revisa categorias nucleares – conflito, defesa, instâncias psíquicas – evitando a terminologia psicanalítica tradicional e afastando suas definições do modelo das três tópicas, o que envolve reconfigurações semânticas, como: superego é redescrito como consciência e culpa superegoica como sentimento de culpa, em nome da redução da ambiguidade conceitual. Trata-se de uma resposta à acusação recorrente contra a psicanálise de constituir teoria não-falseável, ambiguidade que, diagnostica a própria força-tarefa, “não só é tolerada pela maioria dos psicanalistas, como é tantas vezes ativamente mantida” (OPD Task Force, 2016, p. 23), sustentada pelo status de teoria irrefutável e pela proteção narcísica que a prática clínica oferece ao analista pouco confrontado com o contraditório.

O principal esforço do OPD-2 é a tradução do diagnóstico psicanalítico em inventário multiaxial padronizado, organizado em cinco eixos – vivência da doença, relações interpessoais, conflito, estrutura, e transtornos mentais e psicossomáticos –, com categorias observáveis, escalas de severidade e protocolos de aplicação após entrevista clínica circunscrita, formação específica para avaliadores e ambição de fidedignidade interavaliadores. Foucaultianamente, três operações se sobrepõem nesse programa. Primeiro, a institucionalização de uma disciplina no sentido que Foucault (1970/2014b) atribui ao termo: corpo anônimo de regras e categorias que fixa o que pode contar como enunciação diagnóstica legítima, substituindo a função-autor freudiana pela autoridade de um manual coletivo, atualizável e ensinável fora dos circuitos das associações psicanalíticas. Segundo, a submissão deliberada dos enunciados psicodinâmicos à vontade de verdade que organiza a ciência psicológica contemporânea – submissão que o próprio manual declara ao apresentar-se como “instrumento empírico e independente da teoria” (OPD Task Force, 2016, p. 6). Terceiro, a manutenção, no quinto eixo, de compatibilidade com a CID-10 e o DSM – operando como ponte tradutora entre o diagnóstico psicodinâmico e o regime descritivo-sintomatológico da psiquiatria contemporânea, permitindo comunicabilidade institucional sem dissolver a especificidade dos quatro primeiros eixos.

No campo da psicologia, Westen (1998) consolida argumentativamente esse movimento de reconfiguração discursiva, articulando suas dimensões epistemológica e política em uma mesma operação. Em ensaio publicado no *Psychological Bulletin*, o psicólogo sistematiza cinco proposições nucleares da psicodinâmica contemporânea – a centralidade de processos cognitivos, afetivos e motivacionais inconscientes; a operação paralela de processos mentais e a tendência a soluções de compromisso; a continuidade entre padrões formados na infância e a personalidade adulta; o papel das representações mentais de si, do outro e da relação; e as trajetórias do desenvolvimento – e explicita que cada uma dispõe, ao final do século XX, de sustentação empírica robusta proveniente de programas de pesquisa conduzidos majoritariamente fora do circuito psicanalítico.

A defesa de Westen também reverbera, nesse sentido, a reconfiguração da vontade de verdade que atravessa esse campo. Ou seja, o que sustenta uma proposição como “grande parte da vida mental é inconsciente” deixa de ser sua filiação ao texto freudiano (deixa de operar pelo procedimento interno do comentário sob função-autor) e passa a ser sua convergência com programas empíricos como os do inconsciente cognitivo, da pesquisa sobre apego, da cognição social e da neurociência afetiva.

A relevância dessa posição no campo psicológico, para esta análise, é a recusa do retorno à ortodoxia freudiana, atrelada aos procedimentos internos do discurso psicanalítico, assim como a recusa à absorção pelo regime de cientificidade que a psicologia cognitiva dos anos 1990 começou a admitir – um inconsciente, segundo Westen, “confortável” (cognitivo, automático, afetivamente neutro) – do qual escapa o subconjunto “afetivamente quente” descrito há um século pela tradição psicanalítica e que Westen retraduz, em vocabulário cognitivo, como o domínio dos processos motivados de regulação afetiva, das defesas e do caráter ativo da inibição.

A psicodinâmica contemporânea ocupa, portanto, uma posição irreduzível tanto à ortodoxia psicanalítica quanto ao empirismo cognitivo *stricto sensu*. Tal posição, contudo, além de se sustentar no plano dos saberes e dos procedimentos discursivos, também demanda, do psicoterapeuta que a assume ou que a recusa, um trabalho ético atrelado à tomada de posição diante dos regimes de verdade em disputa.

A escolha da abordagem psicodinâmica como percurso ético-político do psicoterapeuta

Sob o eixo do saber e do poder, as seções precedentes mostraram que a psicodinâmica se afasta progressivamente dos procedimentos internos do discurso psicanalítico pela reorientação de sua vontade de verdade, aproximando-se de regimes de validação experimental e empírica. Contudo, resta examinar uma consequência desses deslocamentos: se os discursos psicanalítico e psicodinâmico se distinguem quanto aos seus regimes de verdade, é plausível supor que comportem, também, modos distintos de subjetivação do profissional que a eles se vincula, no sentido foucaultiano da ética como relação do sujeito consigo mesmo (Foucault, 1982/2010).

Retomando o eixo ético apresentado no percurso teórico-metodológico, as práticas de si vinculam a subjetividade a um regime de verdade específico, de modo que, em cada configuração histórica, ser sujeito de um determinado campo significa submeter-se a técnicas distintas de elaboração de si (Foucault, 1984/2019a). Em meio à rede de saber-poder que organiza um campo discursivo, há, portanto, uma dimensão ética que vincula o sujeito a uma verdade, e essa vinculação é operada por meio de práticas de si que se reconfiguram conforme se transformam as condições de possibilidade desse campo.

Transposto para a análise do campo psi, esse vocabulário foucaultiano permite entender que a ética, sob uma posição teórico-clínica, envolve o conjunto de práticas pelas quais o profissional se constitui como sujeito daquela área, como a análise pessoal, a supervisão, a leitura, a escrita teórica e clínica, a relação com mestres, as formas de comentário e as modalidades de filiação institucional. Assim, cada posição teórico-clínica configura essas práticas de modo singular, articulando-as a um regime de verdade próprio.

A ética, nesse sentido, é inseparável da dimensão política, entendida como o campo das relações de poder atravessado por regimes de verdade que disputam o que pode contar como enunciação legítima em um determinado domínio (Foucault, 1977/2019b). Os regimes de verdade aos quais o sujeito se vincula por meio das práticas de si são produtos e produtores dessas relações, de modo que toda subjetivação ética é, simultaneamente, posicionamento político. No campo psi, essas relações de força se materializam tanto nos procedimentos internos que organizam o discurso psicanalítico quanto na disputa interna à ciência psicológica contemporânea entre as Divisões 12 e 29 da Associação Americana de Psicologia (APA) em torno do que conta como prática psicoterapêutica cientificamente legítima (Norcross, 2002). Assim, o psicoterapeuta que se filia a uma posição teórico-clínica se constitui como sujeito em

meio a essa conflituosa rede de saber-poder, articulando-se a uma concepção de verdade de uma determinada ordem discursiva por meio das práticas de si que a sustentam.

Sob essa análise ético-política, a escolha pela psicodinâmica pode ser entendida como posição de mediação crítica entre, de um lado, a ortodoxia psicanalítica, e, de outro, a versão mais reducionista da PBE, articulada à Divisão 12 da APA – manualização de protocolos, redução do sujeito a categoria diagnóstica, primado da eficácia mensurável por escalas padronizadas. Não se trata de única leitura possível dessa filiação, dado que sujeitos podem se vincular à psicodinâmica por razões clínicas, formativas ou epistemológicas diversas, e tampouco de tratar os dois polos contrastantes como blocos homogêneos, pois tanto o discurso psicanalítico quanto a psicologia baseada em evidências são internamente plurais, e a oposição aqui mobilizada designa as configurações discursivas frente às quais a posição ético-política atrelada à psicodinâmica se diferencia para se constituir – eixos examinados a seguir.

O primeiro desses eixos refere-se ao modo como o discurso psicanalítico organiza a relação entre saber, clínica e produção teórica. Em verbete de enciclopédia, Freud (1923/1996, p. 247) define a psicanálise como, simultaneamente, “procedimento para a investigação de processos mentais”, método de tratamento derivado dessa investigação e conjunto de informações psicológicas que se acumula como disciplina científica. Essa articulação se materializa, na prática analítica, na interpretação como principal modalidade de produção do conhecimento – a psicanálise é, no mesmo texto, caracterizada como “arte interpretativa” (Freud, 1923/1996, p. 250), configuração que situa o saber psicanalítico no horizonte hermenêutico da experiência clínica.

A tradição psicanalítica posterior ecoa esse princípio constitutivo, mesmo em movimentos contemporâneos amplos e críticos. A multiplicação histórica das escolas, mapeada por Mezan (2019), reconfigura o discurso psicanalítico conforme novas condições de possibilidade sociohistóricas, desdobrando-o em escolas com vocabulários metapsicológicos diversos (escola britânica das relações de objeto, psicologia do ego, lacanismo, entre outras), mas mantendo, sob essa diversidade, a interpretação clínica como crivo privilegiado de validação dos enunciados teóricos. Mesmo a polêmica do “retorno a Freud” articulada por Lacan (Mezan, 2019), sob a ordem desse discurso, funciona como exercício do comentário sob função-autor freudiana, no qual a reinterpretação do texto primeiro é apresentada como recuperação de seu suposto sentido autêntico.

Esse mesmo procedimento opera não apenas na dimensão clínica do legado freudiano, mas também em sua extensão às articulações sociais e culturais – extensão que o próprio Freud

inaugurou em obras como *Totem e tabu* e *O mal-estar na cultura*. Ilustrando esse eco contemporâneo, mesmo elaborações decoloniais reunidas em Canavêz e Birman (2024) sob o nome de “psicanálise à brasileira” – que propõem uma aproximação não submissa ao legado freudiano em diálogo com perspectivas críticas das hegemonias do norte global – configuram reativações do comentário sob função-autor freudiana, seja para reafirmar, seja para subverter, seja para decolonizar o texto primeiro. Em ambas as dimensões, trata-se de regime de verdade que se sustenta como arte interpretativa historicamente constituída, com lógica própria de produção do saber. Esse regime, cujos ecos atravessam o discurso psicanalítico contemporâneo mesmo em suas formulações mais críticas e plurais, mantém-se distinto dos enunciados de validação experimental e empírica priorizados pelo discurso da ciência psicológica contemporânea.

Essa aproximação aos enunciados de validação experimental e empírica organiza, nessa intrincada rede de saber-poder, o que se pode designar como crítica psicodinâmica ao fechamento epistêmico do discurso psicanalítico. Conforme mapeado na seção precedente, autores como Bowlby (1981/2024), Westen (1998) e a força-tarefa responsável pelo OPD-2 (2016) criticam o privilégio do estudo de caso como modalidade quase exclusiva de produção de evidência clínica, o culto às lideranças teóricas como autoridades imunes ao escrutínio e a centralidade da função-autor freudiana como crivo de validação dos enunciados. Esse diagnóstico apresenta similaridades com as críticas decoloniais articuladas por Canavêz e Birman (2024) ao fechamento eurocêntrico do discurso psicanalítico, mas as duas operações se diferenciam quanto à direção da resposta: a crítica decolonial mantém o método hermenêutico freudiano, mas em diálogo com estudos pós-coloniais e perspectivas das humanidades críticas; enquanto a crítica psicodinâmica dialoga com a pesquisa empírica e experimental sobre apego, mentalização, eficácia psicoterapêutica e diagnóstico operacionalizado, mas sem negar a relevância dos estudos sociopsicológicos e hermenêuticos.

O segundo eixo dessa diferenciação ético-política relaciona-se ao modo como a psicodinâmica contemporânea se posiciona em meio às disputas internas da PBE. Recusando tanto a indiferença ao escrutínio empírico/experimental – postura que parte da tradição psicanalítica sustentou e ainda sustenta – quanto a redução do critério de eficácia à manualização de protocolos para diagnósticos categoriais, essa postura ético-política da maior parte dos autores contemporâneos da psicodinâmica se alinha preferencialmente à proposta articulada pela Divisão 29 da APA em torno das relações empiricamente sustentadas (*empirically supported relationships*) (Norcross, 2002), em contraste com a posição dos

tratamentos empiricamente sustentados (*empirically supported treatments*) defendida pela Divisão 12. O corpo de pesquisas que sustenta a Divisão 29 indica que a variância dos resultados psicoterapêuticos atribuída aos fatores relacionais e às características do terapeuta supera consistentemente a atribuída às técnicas específicas (Norcross, 2002). Esse deslocamento é coerente com a tradição clínica psicodinâmica, para a qual a relação terapêutica é elemento constitutivo do processo de mudança – conforme já indicado, na seção precedente, pela centralidade conferida à transferência, à contratransferência e à aliança nas formulações de Gabbard (2005) e nos achados sobre os fatores relacionais transteóricos (Serralta; Altimir; Ribeiro, 2024).

A abertura da psicodinâmica contemporânea à pesquisa empírica sobre o que opera na mudança terapêutica conduz, ainda, a um achado que demanda do psicoterapeuta um trabalho ético específico sobre sua relação com a teoria. Gabbard (2005, p. 87) sintetiza, em movimento autocrítico, que “nós terapeutas tendemos a superestimar nossas teorias e ver nossos resultados terapêuticos em termos de nossa perspectiva teórica favorita”, referindo-se a pesquisas de seguimento segundo as quais pacientes frequentemente não atribuem peso decisivo às intervenções interpretativas, chegando a não as lembrar, enquanto recordam, como momentos significativos, episódios relacionais aparentemente acessórios. Esse achado problematiza, simultaneamente, duas posições contra as quais a psicodinâmica contemporânea tende a se distanciar: a tradição psicanalítica ortodoxa, que toma o relato hermenêutico do terapeuta sobre a clínica como crivo privilegiado de validação dos enunciados, e a versão reducionista da PBE articulada à Divisão 12 da APA, que reduz o critério de eficácia à mensuração sintomática por escalas padronizadas.

O terceiro eixo se delineia na própria configuração do discurso psicodinâmico, sob a qual nenhuma autoridade textual única regula as práticas de si do psicoterapeuta. Sobre essa temática, Foucault (1984/2019a, p. 32-33) distingue, na ambiguidade da palavra “moral”, o “código moral” – conjunto prescritivo de valores e regras – da “moralidade dos comportamentos” – maneira pela qual os indivíduos se conduzem em referência a esse sistema prescritivo. A esses dois níveis, Foucault articula um terceiro: o trabalho que o sujeito realiza sobre si mesmo para se constituir como sujeito moral de sua própria conduta, em meio às prescrições e aos comportamentos – o que os leitores foucaultianos entendem por “ética” (Fonseca-Silva, 2007). Nesse sentido, esses polos em disputa podem defender visões distintas sobre qual seria o discurso psi supostamente verdadeiro, mas todos envolvem esses três níveis

éticos foucaultianos; o que se modifica é a configuração do regime ao qual o trabalho ético se vincula.

Na psicodinâmica contemporânea, a ausência de autoridade textual única desloca o peso da constituição de si do psicoterapeuta para a articulação ativa entre formação clínica plural, escolha situacional entre tradições conforme o caso, abertura ao escrutínio empírico sem submissão à manualização e exercício reflexivo sobre as próprias filiações – configuração que não implica, em si, maior liberdade ou reflexividade, dado que regimes plurais podem operar como dispositivos de poder tão sofisticados quanto regimes monolíticos, mas que articula verdade e subjetivação de modo distinto dos regimes regulados por autoridade textual única ou protocolo manualizado.

A articulação desses três eixos, acima analisados, permite entender como a escolha pela abordagem psicodinâmica pode ser entendida como parte de um percurso ético-político do psicoterapeuta na medida em que cada um desses eixos demanda, do sujeito que a assume, um modo específico de tomar posição em meio às disputas do campo psi – seja na abertura ao escrutínio empírico/experimental em afastamento da função-autor freudiana, seja no alinhamento preferencial com a Divisão 29 da APA contra a manualização da PBE estrita, seja na elaboração reflexiva da filiação teórico-clínica em meio à pluralidade interna do campo.

Conclusão

O objetivo deste artigo foi analisar a distinção entre psicanálise e psicodinâmica, como problema conceitual no campo das práticas psi contemporâneas, através de quatro movimentos: o percurso teórico-metodológico inscreveu a distinção no horizonte arqueogenealógico foucaultiano, articulando saber, poder e ética como dimensões simultâneas de uma mesma análise; a seção genealógica mapeou a proveniência dispersa do termo psicodinâmica e os deslocamentos que progressivamente lhe conferiram estatuto discursivo e institucional próprio frente à psicanálise *stricto sensu*; o exame da psicodinâmica contemporânea ilustrou a reconfiguração da vontade de verdade que atravessa esse campo, com afastamento dos procedimentos internos do discurso psicanalítico ortodoxo e aproximação aos regimes de validação experimental e empírica; e o último movimento articulou esses deslocamentos à dimensão ética da subjetivação do psicoterapeuta, examinando como a escolha pela psicodinâmica configura tomada de posição em meio aos jogos de força que organizam o campo psi. Entendidos em conjunto, esses quatro movimentos indicam que a distinção entre psicanálise

e psicodinâmica não se esgota em registro terminológico, configurando-se como problema cuja inteligibilidade demanda a articulação das três dimensões do triplo eixo saber-poder-ética.

Essa articulação possui especificidades no cenário brasileiro, campo cuja formação psicanalítica se dá, historicamente, em meio à ampla diversidade de escolas e sociedades autônomas que se filiam a vertentes distintas. Nesse cenário em que a psicodinâmica tende a ser absorvida como uma das matrizes plurais da própria psicanálise, reconhecer a psicodinâmica como posição teórico-clínica distinta demanda do psicoterapeuta um trabalho reflexivo sobre suas próprias filiações, exigindo a localização ativa em meio aos regimes de verdade em disputa – trabalho que constitui, em si, um processo de subjetivação parcialmente distinto entre o psicanalista e o psicoterapeuta psicodinâmico.

Trata-se de reconhecer que, mesmo frente à diversidade interna do discurso psicanalítico brasileiro, os procedimentos internos que o regulam – o comentário sob função-autor freudiana e a sustentação hermenêutica do saber clínico – permanecem distintos do regime de verdade ao qual a psicodinâmica contemporânea progressivamente se vincula. Contudo, também é preciso considerar que mesmo essa formulação é passível de divergência nesse cenário, cuja pluralidade interna ao discurso psicanalítico admite leituras alternativas sobre a pertinência ou não da demarcação aqui proposta.

Posições que sustentam a continuidade entre psicanálise e psicodinâmica como transformação conservadora, em vez de ruptura, encontram-se ativamente representadas no campo psicanalítico brasileiro – seja em vertentes que reivindicam para si o nome de psicanálise contemporânea ancorada no programa Bowlby–Fonagy–Gabbard, seja em posições ponte que articulam identidade psicanalítica e exercício psicodinâmico sem tomá-los como excludentes. A demarcação aqui proposta, portanto, não pretende encerrar essa disputa, mas explicitá-la como tal – o que confirma, no plano da própria escrita do artigo, a tese segundo a qual a escolha pelo termo “psicodinâmica” configura tomada de posição ético-política em campo discursivo disputado.

O alcance deste estudo está circunscrito por seu caráter ensaístico e pelo recorte teórico-metodológico adotado. A análise foi realizada com base em revisão crítica de literatura articulada à arqueogenealogia foucaultiana, deixando em segundo plano outras leituras possíveis da distinção examinada – entre as quais perspectivas estatísticas, empíricas, decoloniais, sociológicas e/ou feministas sobre o campo psi –, bem como modalidades psicoterapêuticas (sistêmicas, fenomenológico-existenciais, humanistas) cuja inserção nos jogos de força do campo não foi tematizada. Soma-se a isso o fato de que a literatura mobilizada

sobre a psicodinâmica contemporânea é majoritariamente anglófona e germânica. Esses limites apontam possibilidades para pesquisas futuras, entre as quais investigações empíricas sobre a vivência da filiação psicodinâmica entre psicoterapeutas brasileiros, análises discursivas de documentos institucionais e ementas curriculares no cenário nacional e estudos comparativos com outras configurações psicanalíticas e psicodinâmicas latino-americanas.

Agradecimentos

Os autores agradecem à Profa. Dra. Fernanda Barcellos Serralta pela mentoria, leitura inicial do manuscrito e pelos comentários críticos que orientaram a revisão do argumento sobre a relação entre psicanálise e psicodinâmica, em particular pela problematização que motivou a explicitação, no texto, das vertentes que sustentam essa relação como continuidade transformadora. Ressalva-se que as posições defendidas no artigo são de inteira responsabilidade dos autores.

Referências

ALBERT, Saulo. Da angústia à cartografia: como saber-fazer a psicanálise contemporaneamente. In: SOUZA-SILVA, João Roberto de (org.). **Temas contemporâneos em psicologia: ensino, ciência e profissão**. v. 8. Curitiba: Editora Bagai, 2025. p. 105-116. DOI: <https://doi.org/10.37008/978-65-5368-687-8.14.11.25>. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1Om1Q0KZUgprSRPZw_jnimmb0ElfAreID/view. Acesso em 26 abr. 2026.

BATEMAN, Anthony; FONAGY, Peter; CAMPBELL, Chloe; LUYTEN, Patrick; DEBBANÉ, Martin. **Cambridge guide to mentalization-based treatment (MBT)**. Cambridge: Cambridge University Press, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1017/9781108896054>. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/books/cambridge-guide-to-mentalizationbased-treatment-mbt/8FC0DC8BCDE73B7CC65B6BB4D1B7C814>. Acesso em: 27 abr. 2026.

BIBRING, Edward. Psychoanalysis and the dynamic psychotherapies. **Journal of the American Psychoanalytic Association**, Thousand Oaks, v. 2, n. 4, p. 745-770, out. 1954. DOI: <https://doi.org/10.1177/000306515400200412>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/000306515400200412>. Acesso em 26 abr. 2026.

BOWLBY, John. As origens da teoria do apego. In: BOWLBY, John. **Uma base segura: aplicações clínicas da teoria do apego**. Tradução de Sandra Costa. Porto Alegre: Artmed, 2024. p. 23-44. Texto originalmente publicado em 1982.

BOWLBY, John. A psicanálise como ciência natural. In: BOWLBY, John. **Uma base segura: aplicações clínicas da teoria do apego**. Tradução de Sandra Costa. Porto Alegre: Artmed, 2024. p. 67-88. Texto originalmente publicado em 1981.

CANAVÊZ, Fernanda; BIRMAN, Joel (org.). **Psicanálise à brasileira**. 1. ed. Salvador: Editora Devires, 2024.

DEWALD, Paul A. **Psychotherapy: a dynamic approach**. New York: Basic Books, 1964.

DUNKER, Christian; IANNINI, Gilson. **Ciência pouca é bobagem: por que psicanálise não é pseudociência**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio. A psicanálise transmatricial de René Roussillon e sua dívida ferencziana. **SIG – Revista de Psicanálise**, Porto Alegre, ano 6, n. 11, p. 43-48, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://sig.org.br/bkp/wp-content/uploads/2019/02/Edicao11-Completa.pdf>. Acesso em 15 abr. 2026.

FONSECA-SILVA, Maria da Conceição. **Poder-saber-ética nos discursos do cuidado de si e da sexualidade**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014a. Obra original publicada em 1969.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito: curso dado no Collège de France (1981-1982)**. Tradução de Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010. Obra original publicada em 1982.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014b. Obra original publicada em 1970.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019a. Obra original publicada em 1984.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia, a história. In: FOUCAULT, Michel. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Organização e seleção de textos de Manoel Barros da Motta. Tradução de Elisa Monteiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015. (Ditos e Escritos, v. II). Texto originalmente publicado em 1971.

FOUCAULT, Michel. Verdade e poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019b. Entrevista originalmente publicada em 1977.

FREUD, Sigmund. Dois verbetes de enciclopédia. In: FREUD, Sigmund. **Além do princípio do prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos (1920-1922)**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 247-274. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. 18). Texto originalmente publicado em 1923.

FREUD, Sigmund. O inconsciente. In: FREUD, Sigmund. **Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)**. Tradução e notas de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 99-150. (Obras completas, v. 12). Texto originalmente publicado em 1915.

FULGÊNCIO, Leopoldo. As especulações metapsicológicas de Freud. **Natureza Humana**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 129-173, jun. 2003. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-24302003000100005. Acesso em: 24 abr. 2026.

GABBARD, Glen O. **Psiquiatria psicodinâmica na prática clínica**. 4. ed. Tradução de Daniel Bueno. Porto Alegre: Artmed, 2016.

GABBARD, Glen O. **Psicoterapia psicodinâmica de longo prazo**: texto básico. Tradução de Sandra Maria Mallmann da Rosa. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

LINDEN, Michael. Legal, professional, and practical aspects of psychotherapy education of psychiatrists in Germany. **European Psychiatry**, Cambridge, v. 68, supl. 1, p. S47-S48, abr. 2025. DOI: <https://doi.org/10.1192/j.eurpsy.2025.168>. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/european-psychiatry/article/legal-professional-and-practical-aspects-of-psychotherapy-education-of-psychiatrists-in-germany/3979CBB532BD3BE772F13A4FA3DAAC3C>. Acesso em: 22 abr. 2026.

MALAN, David H. **Individual psychotherapy and the science of psychodynamics**. London: Butterworths, 1979.

MCWILLIAMS, Nancy. **Diagnóstico psicanalítico**: entendendo a estrutura da personalidade no processo clínico. Tradução de Sandra Maria Mallmann da Rosa. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

MEZAN, Renato. **O tronco e os ramos**: estudos de história da psicanálise. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

NORCROSS, John C. (Ed.). **Psychotherapy relationships that work**: therapist contributions and responsiveness to patients. Oxford: Oxford University Press, 2002.

OPD TASK FORCE (org.). OPD-2: diagnóstico psicodinâmico operacionalizado: manual de diagnóstico e plano de tratamento. Tradução de Marina Bento Gastaldo. São Paulo: Hogrefe CETEPP, 2016.

RIBEIRO JÚNIOR, Laelson Matos. **Memória dos discursos científico e religioso na constituição da psicanálise freudiana**. 226 f. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2022. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppgmls/wp-content/uploads/2022/03/Disserta%C3%A7%C3%A3o-de-Laelson-Matos-Ribeiro-J%C3%BAnior-1.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2026.

SERRALTA, Fernanda Barcellos; ALTIMIR, Carolina; RIBEIRO, Eugênia. Avaliando a relação terapêutica. In: KRISTENSEN, Aline Duarte; KRISTENSEN, Christian Haag (org.).

A relação terapêutica nas terapias cognitivo-comportamentais: prática clínica e aspectos transteóricos. Porto Alegre: Artmed, 2024. p. 35-50.

SHORTER, Edward. The history of nosology and the rise of the Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders. **Dialogues in Clinical Neuroscience**, Neuilly-sur-Seine, v. 17, n. 1, p. 59-67, mar. 2015. DOI: <https://doi.org/10.31887/DCNS.2015.17.1/eshorter>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.31887/DCNS.2015.17.1/eshorter>. Acesso em 26 abr. 2026.

SURÍS, Alina; HOLLIDAY, Ryan; NORTH, Carol S. The evolution of the classification of psychiatric disorders. **Behavioral Sciences**, Basel, v. 6, n. 1, art. 5, p. 1-10, fev. 2016. DOI: <https://doi.org/10.3390/bs6010005>. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2076-328X/6/1/5>. Acesso em 26 abr. 2026.

URRIBARRI, Fernando. Como ser um psicanalista contemporâneo? Da extensão do campo clínico à interiorização do enquadre. Tradução de Abigail Betbedé. **Revista Brasileira de Psicanálise**, São Paulo, v. 49, n. 1, p. 229-245, jan./mar. 2015. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-641X2015000100016. Acesso em 26 abr. 2026.

WALLERSTEIN, Robert S. (org.). **The common ground of psychoanalysis**. Northvale, NJ: Jason Aronson, 1991.

WALLERSTEIN, Robert S. Psicanálise e psicoterapia de orientação analítica: raízes históricas e situação atual. In: EIZIRIK, Cláudio Laks; AGUIAR, Rogério Wolf de; SCHESTATSKY, Sidnei S. (org.). **Psicoterapia de orientação analítica: fundamentos teóricos e clínicos**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2015. p. 19-37.

WESTEN, Drew. The scientific legacy of Sigmund Freud: toward a psychodynamically informed psychological science. **Psychological Bulletin**, Washington, v. 124, n. 3, p. 333-371, nov. 1998. DOI: <https://doi.org/10.1037/0033-2909.124.3.333>. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/doiLanding?doi=10.1037%2F0033-2909.124.3.333>. Acesso em 26 abr. 2026.



Recebido: 29/05/2026; Aceito: 09/06/2026; Publicado: 31/07/2026